

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2012, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de "Administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco, com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco".

No 1º semestre de 2012, a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 189,808 milhões, correspondente a R\$ 365,72 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 1,149 bilhão e Ativos Totais de R\$ 1,308 bilhão.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 13 de agosto de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	30.6.2012	31.12.2011	PASSIVO	30.6.2012	31.12.2011
CIRCULANTE	1.272.033	1.120.813	CIRCULANTE	155.483	190.145
TÍTULOS e VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a)	1.247.595	1.085.634	OUTRAS OBRIGAÇÕES	155.483	190.145
Carteira Própria	1.247.595	1.085.634	Sociais e Estatutárias (Nota 13d)	5.028	3.225
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	24.438	35.179	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	66.695	104.573
Créditos Específicos	2.854	2.302	Diversas (Nota 12b)	83.760	82.347
Diversos	21.584	32.877			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.477	3.017	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.699	4.559
OUTROS CRÉDITOS (Nota 7)	3.398	2.959	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.699	4.559
Diversos	3.398	2.959	Diversas (Nota 12b)	3.699	4.559
OUTROS VALORES E BENS	79	58			
Despesas Antecipadas	79	58			
PERMANENTE	32.381	31.578	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)	1.148.709	960.704
INVESTIMENTOS (Nota 8)	201	201	Capital:		
Outros Investimentos	312	312	- De Domiciliados no País	519.000	321.000
Provisões para Perdas	(111)	(111)	Reservas de Lucros	629.709	639.704
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	1.235	1.330			
Outras Imobilizações de Uso	4.029	3.972			
Depreciações Acumuladas	(2.794)	(2.642)			
INTANGÍVEL (Nota 10)	30.945	30.047			
Ativos Intangíveis	33.570	31.802			
Amortização Acumulada	(2.625)	(1.755)			
TOTAL	1.307.891	1.155.408	TOTAL	1.307.891	1.155.408

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil

	1º Semestre 2012	2º Semestre 2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	50.229	59.493
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	50.229	59.493
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	50.229	59.493
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	224.383	200.098
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14)	307.474	289.732
Despesas de Pessoal (Nota 15)	(9.672)	(12.330)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(13.598)	(19.160)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(35.333)	(31.728)
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	1.557	858
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(26.045)	(27.274)
RESULTADO OPERACIONAL	274.612	259.591
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	13.412	11.508
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	288.024	271.099
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 23)	(98.216)	(91.294)
LUCRO LÍQUIDO	189.808	179.805
Número de cotas (Nota 13a)	519.000.000	321.000.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	365,72	560,14

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Reservas de Lucros			Lucros	
	Capital Social	Legal	Estatutária	Acumulados	Totais
Saldos em 30.6.2011	321.000	58.261	403.346	-	782.607
Lucro Líquido	-	-	-	179.805	179.805
Destinações: - Reservas	-	8.990	169.107	(178.097)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(1.708)	(1.708)
Saldos em 31.12.2011	321.000	67.251	572.453	-	960.704
Aumento de Capital com Reservas	198.000	(37.610)	(160.390)	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	189.808	189.808
Destinações: - Reservas	-	9.491	178.514	(188.005)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(1.803)	(1.803)
Saldos em 30.6.2012	519.000	39.132	590.577	-	1.148.709

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	1º Semestre 2012	2º Semestre 2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	288.024	271.099
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1.066	1.182
Depreciações e Amortizações	1.055	892
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	6	290
Perda na Venda de Bens do Imobilizado	5	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	289.090	272.281
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(161.961)	(91.296)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	9.773	(6.784)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(14.036)	6.538
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(121.003)	(43.023)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	1.863	137.716
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(96)	(54)
Alienação de Imobilizado de Uso	1	2
Aplicação Bens Intangíveis	(1.768)	(2.664)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(1.863)	(2.716)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	-	(135.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(135.000)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	-	-
Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	1º Semestre		2º Semestre	
	2012	%	2011	%
1 - RECEITAS	346.627	104,0	334.317	106,1
1.1) Intermediação Financeira	50.229	15,1	59.493	18,9
1.2) Prestação de Serviços	307.474	92,2	289.732	91,9
1.3) Outras	(11.076)	(3,3)	(14.908)	(4,7)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(12.386)	(3,7)	(18.113)	(5,8)
Materiais, água e energia	(341)	(0,1)	(398)	(0,1)
Serviços técnicos especializados	(4.706)	(1,4)	(4.451)	(1,4)
Propaganda, promoções e publicidade	(845)	(0,3)	(3.308)	(1,1)
Comunicações	(4.160)	(1,2)	(4.384)	(1,4)
Contribuições filantrópicas	-	-	(2.750)	(0,9)
Processamento de dados	(666)	(0,2)	(1.065)	(0,3)
Viagens	(603)	(0,2)	(730)	(0,2)
Transportes	(398)	(0,1)	(457)	(0,2)
Manutenção e conservação de bens	(92)	-	(58)	-
Outras	(575)	(0,2)	(512)	(0,2)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	334.241	100,3	316.204	100,3
4 - DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(1.055)	(0,3)	(892)	(0,3)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	333.186	100,0	315.312	100,0
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	333.186	100,0	315.312	100,0
6.1) Pessoal	7.566	2,3	9.937	3,2
Proventos	3.912	1,2	5.143	1,7
Benefícios	2.615	0,8	3.488	1,1
FGTS	269	0,1	286	0,1
Outros Encargos	770	0,2	1.020	0,3
6.2) Impostos, Taxas e Contribuições	135.655	40,8	125.415	39,8
Federais	129.791	39,0	119.882	38,0
Municipais	5.864	1,8	5.533	1,8
6.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	157	-	155	-
Aluguéis	157	-	155	-
6.4) Remuneração de Capitais Próprios	189.808	56,9	179.805	57,0
Dividendos	1.803	0,5	1.708	0,5
Lucros Retidos	188.005	56,4	178.097	56,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Table with 3 columns: ATIVO, 30.6.2012, 31.12.2011. Rows include CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO, APLICAÇÕES FINANCEIRAS, OUTROS CRÉDITOS, COMPENSAÇÃO, PASSIVO, CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO, and TOTAL.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), é uma Instituição que tem por objetivo a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consorciados próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da Organização Bradesco, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicável.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 13 de agosto de 2012.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Administradora de Consórcios para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e Valores Mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

e) Ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia).

f) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisões para perdas/redução ao valor recuperável (impairment) quando aplicável.

Table with 5 columns: Lucros Retidos, 188.005, 56,4, 178.097, 56,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Table with 4 columns: DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS - Em Reais mil, 1º Semestre 2012, 2º Semestre 2011. Rows include DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO, Aquisição de Bens, Taxa de Administração, Multas e Juros Moratórios, Prêmios de Seguro, Custas Judiciais, Outros, (-) RECURSOS UTILIZADOS, Aquisição de Bens, Taxa de Administração, Multas e Juros Moratórios, Prêmios de Seguro, Custas Judiciais, Outros, DISPONIBILIDADES NO FINAL DO PERÍODO, Ações Financeiras, Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplaões (Cotas de Fundos de Investimentos e LFT).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

g) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade. Depreciado às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens representados por: Instalações e Móveis e Equipamentos de Uso 10% a.a.; Equipamentos de Informática e Direito de Uso de Softwares 20% a.a. e ajustado por redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

h) Intangíveis

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Administradora de Consórcios ou exercidos com essa finalidade.

Softwares

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% a.a.), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante a vida estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

i) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

j) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridas. A provisão para contingências é constituída considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, o posicionamento dos Tribunais para causas de natureza semelhante e a experiência da Administração. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Desta forma julgamos que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas prováveis dos respectivos processos judiciais.

k) Impostos e contribuições

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% e a provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 11a); Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

continua...

Outros adiantamentos 771 198
Total 27.836 38.138

8) INVESTIMENTOS

Table with columns for R\$ mil, 30.6.2012, 31.12.2011. Rows include Certificados de investimentos - CI, Investimentos audiovisuais, Subtotal, Provisão para incentivos fiscais, Total geral dos investimentos.

9) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

Table with columns for R\$ mil, Taxa anual, Custo, Depreciação, Valor residual (30.6.2012, 31.12.2011). Rows include Imóveis de uso, Instalações, Sistemas de segurança, Sistemas de processamento de dados, Total em junho de 2012, Total em dezembro de 2011.

10) INTANGÍVEL

Table with columns for R\$ mil, Taxa anual, Custo, Amortização, Valor residual (30.6.2012, 31.12.2011). Rows include Software, Total em junho de 2012, Total em dezembro de 2011.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição de provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

II - Obrigações Legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

III - Movimentação das Provisões Constituídas

Table with columns for R\$ mil, Cíveis, Fiscais e Previdenciárias (1). Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2011, Constituição de provisão/reversões, Atualização monetária, Saldos em 30 de junho de 2012 (Nota 12).

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Table with columns for R\$ mil, 30.6.2012, 31.12.2011. Rows include Provisão para impostos e contribuições sobre lucros, Impostos e contribuições a recolher, Provisões fiscais (Nota 11b), Total.

b) Diversas

Table with columns for R\$ mil, 30.6.2012, 31.12.2011. Rows include Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados, Provisão para pagamentos a efetuar, Processos judiciais em andamento, Provisões cíveis (Nota 11b), Outros valores, Total.

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 519.000 mil (31.12.2011 - R\$ 321.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 519.000.000 (31.12.2011 - 321.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

Table with columns for R\$ mil, Quantidade de Cotas, 31.12.2011. Rows include Em 31 de dezembro de 2011, Aumento de capital - AC de 9.4.2012 (1), Em 30 de junho de 2012.

(1) Em 8 de maio de 2012 o BACEN homologou a Ata de Alteração do Contrato Social da Companhia, que deliberou o aumento do capital social em R\$ 198.000 mil, elevando-o de R\$ 321.000 mil para R\$ 519.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo das contas "Reserva de Lucros - Reserva Legaf", no montante de R\$ 37.610 mil e "Reserva de Lucros - Estatutária", no montante de R\$ 160.390 mil, com a criação de 198.000.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A. com a concordância do Sócio-Cotista Banco Alvorada S.A.

Taxa média de inadimplência 2,25% 1,73%

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador estão assim representadas:

Table with columns for R\$ mil, 30.6.2012, 31.12.2011, 1ºS/2012, 2ºS/2011. Rows include Dividendos (Banco Bradesco S.A.), Aluguéis (Banco Bradesco S.A.).

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2012, foi determinado o valor máximo de R\$ 2.300 mil (2011 - R\$ 2.500 mil) para remuneração dos Administradores (proventos e gratificações) e de R\$ 2.300 mil (2011 - R\$ 2.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de Curto Prazo a Administradores

Table with columns for R\$ mil, 1º semestre de 2012, 2º semestre de 2011. Rows include Proventos, Contribuição ao INSS, Total.

Benefícios pós-emprego

Table with columns for R\$ mil, 1º semestre de 2012, 2º semestre de 2011. Rows include Planos de previdência complementar de contribuição definida, Total.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

23) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ADMINISTRADORA

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Table with columns for R\$ mil, 1º semestre de 2012, 2º semestre de 2011. Rows include Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis, Outros valores, Imposto de renda e contribuição social do semestre.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Table with columns for R\$ mil, 1º semestre de 2012, 2º semestre de 2011. Rows include Impostos correntes, Impostos diferidos, Imposto de renda e contribuição social do semestre.

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Table with columns for R\$ mil, Saldo em 31.12.2011, Constituição, Realização, Saldo em 30.6.2012. Rows include Provisões fiscais e trabalhistas, Provisões cíveis, Provisão para perda de investimento, Outros (1), Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota 7).

(1) Refere-se essencialmente à provisão para PLR e premiações.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Table with columns for R\$ mil, Diferenças Temporárias (Imposto de Renda, Contribuição Social), Total. Rows include 2012, 2013, 2014, 2015, Total.

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação líquida dos efeitos tributários em 30.6.2012, correspondeu a R\$ 1.083 mil (31.12.2011 - R\$ 1.539 mil).

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em prêmios de seguros e seguros contratados - quebra de garantia;

b) O Conselho Curador do FGTS editou a Resolução nº 616, de 15.12.2009, publicada no D.O.U de 18.12.2009, e entrou em vigor a partir do dia 18.3.2010, estabelecendo critérios para utilização do saldo da conta vinculada do FGTS para amortização extraordinária, liquidação de saldo devedor e pagamento de parte das prestações no âmbito do Sistema de Consórcio Imobiliário;

...continuação



Bradesco Consórcios

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 52.568.821/0001-22

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Marrom - Vila Yara - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Em 16 de julho de 2010, o Banco Central do Brasil publicou a Circular nº 3.501/10 que dispõe sobre o funcionamento de componente organizacional de ouvidoria das administradoras de consórcios;

d) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

As decisões da Organização são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco previamente identificado, mensurado e avaliado, viabilizando o alcance de objetivos estratégicos e zelando pelo fortalecimento da Instituição.

A Organização exerce o controle dos riscos de modo integrado e independente, proporcionando unicidade às políticas, processos, critérios e metodologias de controles de riscos por meio de um órgão estatutário, o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

O Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional; e

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis, suas interpretações e orientações, foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10); e
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Fernando Antônio Tenório - **Diretor**
Octávio de Lazari Júnior - **Diretor Superintendente**

Claudia Teixeira de Souza - Contadora - CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2012 e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2012 e as variações consolidadas das disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre findo em 30 de junho de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 13 de agosto de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1